

2011

ANO DE MUITOS COMPROMISSOS E DE ESPERANÇA!



O MANDATO DE HELENA e a luta pela dignidade das mulheres | Pág. 2

NO MARANHÃO CONFLITOS AGRÁRIOS permanecem e geram insegurança a comunidades rurais | Pág. 3

HELENA É CONDECORADA com medalhas do Mérito Manoel Bequimão e de Ordem Timbira do Mérito em Direitos Humanos | Pág. 8

APROVADA PEC que garante a presença feminina na Mesa Diretora e Comissões | Pág. 3



O mandato de Helena e a luta pela dignidade das mulheres

O Legislativo é reconhecido como um campo de poder produtor de leis e normas determinantes nos modos de viver em sociedade, nos comportamentos e ações públicas capazes de promover mudanças estruturais para garantir os anseios da população através de controle das ações do Executivo, assegurando recursos para implementação de políticas públicas de forma a viabilizar solução de problemas e medidas capazes de superar os dilemas da sociedade.

A responsabilidade dos deputados e deputadas para garantir a efetivação desse princípio é muito grande, haja vista a concentração de poder no Executivo que determina as prioridades dos planos e projetos que o Estado deve implementar, esvaziando a ação do Legislativo a partir do seu poder de veto. Nesse cenário de disputa e embates políticos, alguns deputados conseguem fazer a diferença, seja pelos discursos pontuais, seja pela postura crítica, seja pela coerência e persistência em dar dignidade a um espaço tão polêmico, tão contraditório e tão desigual de poder. Não são muitos os deputados e deputadas que fazem do Parlamento um lugar digno. Dentre eles e elas, considero que a deputada Helena Barros Heluy faz a diferença. O reconhecimento pela seriedade de seu trabalho é unânime entre seus pares naquele espaço de poder, assim como pela sociedade civil que acompanha os passos do Legislativo.

Considero Helena Heluy como uma das mais orgânicas deputadas que este Maranhão já teve. Sua ação no Legislativo é pontuada de coerência na defesa intransigente das "minorias", dos despossuídos, dos excluídos, no qual se incluem as mulheres, os negros e quilombolas, as quebradeiras de coco, os trabalhadores rurais, as empregadas domésticas, os pescadores, os professores. O mandato de Helena foi porta-voz de todos esses segmentos e esteve à frente na luta pela democracia e igualdade de direitos e oportunidades.

Foi um mandato marcado pela competência. Para isso, ela escolheu com cuidado sua Assessoria que funcionou, em todos os momentos, acompanhando cada passo do mandato e cumprindo um papel importante de articular a sociedade para que esse mandato representasse os anseios do povo. E representou! Sua capacidade de ouvir e responder as inquietações de todos os setores tornou possível a formulação de inúmeros projetos de lei, grande parte deles não aprovada, dadas as contradições dos governos que ainda não conseguem discernir sobre importância de responder as demandas dos

deputados como resposta aos anseios da sociedade. Mesmo sem aprovar grande parte de seus projetos, a deputada não desanimava, continuava atuando, diuturnamente, para que o Legislativo cumprisse seu papel social. E isso a deputada Helena fez, até o ultimo momento de seu mandato, como nesta semana que antecedeu o Natal, quando conseguiu aprovar um projeto importante, de garantir a representação das mulheres na Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, com a perspectiva de equilibrar o poder entre os gêneros, projeto aprovado pela maioria dos deputados.

Aliás, não se pode deixar de mencionar que o reconhecimento das mulheres e o respeito às diferenças foi a tônica na atuação da deputada. Em nenhum momento, se furtou ao debate; em nenhum momento, deixou de priorizar o fortalecimento da luta das mulheres como caminho para construir e consolidar a democracia. Para Helena Heluy, assim como para leda Batista, que a assessorou por muitos anos, A DEMOCRACIA COMEÇA DENTRO DE CASA. Não é retórica, é prática de vida, daí que não se intimidava nos discursos machistas, que vinha de colegas que continuam inquietos com a presença das mulheres em um espaço que eles dominam e que se consideram donos e senhores e agem, muitas vezes, ignorando as mulheres, criticando seus projetos e, muitas vezes, considerando-os inconstitucionais. Esquecem estes deputados que a construção da igualdade é um processo lento para as mulheres. Se observarmos que o Legislativo, como espaço de poder, só se tornou acessível às mulheres em 1932, quando estas conquistaram o direito de votar. Da primeira deputada eleita para a Câmara Federal em 1934, Carlota Pereira de Queiroz - aos dias atuais - passaram-se 76 anos. Após tantos anos, não conseguimos, ainda, mudar a realidade das mulheres no Legislativo, haja vista a eleição de apenas 45 representantes femininas entre os 513 deputados federais eleitos, nesta última legislatura. No Legislativo maranhense, as pioneiras foram Hildenê Castelo Branco e Zuleide Bogéa, em 1934. Hoje, somam sete deputadas eleitas para a legislatura que inicia, em 2011, ao lado de trinta e cinco deputados.

Esses dados reforçam a ideia de que as Câmaras Legislativas ainda são inacessíveis às mulheres, na medida em que criam mecanismos de interdição produzidos e reproduzidos, a partir da cultura política que se traduz em valores, crenças, atitudes, preconceitos reforçados pelos estereótipos que são determinantes na formação da sociedade brasileira

e maranhense. A consciência dessa realidade levou a deputada Helena Heluy a priorizar as mulheres em seu mandato. Não foram poucos os projetos encaminhados, não foram poucos os discursos na tribuna em defesa dos direitos das mulheres e a necessidade de transformar suas realidades, seja na vida dura da roça em que muitas não são reconhecidas na sua condição de trabalhadora, seja na vida urbana em que os indicadores de violência de gênero demonstram o quanto o Estado tem que avançar para garantir a dignidade das mulheres tanto na esfera privada como na esfera pública.

Acompanhei o mandato da deputada Helena durante a elaboração de minha tese de doutorado quando estive presente em muitas sessões da Assembleia Legislativa, observando a atuação dos parlamentares e participando das Comissões Legislativas para avaliar as suas ações políticas. Posso, então, afirmar que, em todas as sessões em que estive investigando, a deputada Helena sempre foi a presença mais assídua naquele Poder. Em todas as sessões, a Deputada fazia pronunciamentos denunciando algum fato, criticando atitudes do Executivo e do próprio Legislativo. Durante esse período, foi a deputada que mais promoveu audiências públicas, que mais levantava questionamentos, trazia fatos para o debate e cobrava dos colegas posicionamentos para mudar a situação do Estado. Em muitas destas sessões, Helena era a última oradora, mas nem por isso deixava de fazer seu pronunciamento para uma plenária esvaziada, cumprir seu papel, isso, efetivamente, não vi em nenhum dos parlamentares no período em que investiguei. A ética e coerência marcavam seus discursos e sua prática política.

Ao encerrar o mandato, a deputada Helena Heluy tem a certeza do dever cumprido. Nós também, pois acompanhamos seu mandato e fomos atentas às suas iniciativas de fazer do Legislativo um lugar decente, honrado, um lugar de debate, de participação popular. Seu esforço de construir um cenário favorável para o debate para garantir a participação da sociedade é reconhecido nos inúmeros grupos de estudo que seu Gabinete promoveu, o que possibilitou discutir a violência de gênero, a questão das barragens, a questão agrária, os direitos humanos, o orçamento e tantos outros temas que debatemos com especialistas convidados para compreender como o Estado tem se omitido na formulação de planos e programas para mudar a realidade de pobreza do Maranhão.

É por tudo isso que lamentamos a saída de Helena do Legislativo. Perdemos uma interlocutora competente, que sabe dar brilho às palavras, que sabe falar com o coração, que sabe traduzir nossas inquietações e que deixa um vazio na luta em que nós, feministas, vimos empreendendo, há séculos: tornar o Legislativo um lugar de fortalecimento da dignidade das mulheres. Obrigada, Deputada, que seu afastamento seja apenas temporário.

Profª Dra. Mary Ferreira



No Maranhão conflitos agrários permanecem e geram insegurança a comunidades rurais



HELENA DIVULGA DOCUMENTO DA CPT SOBRE MORTES NO CAMPO

Em documento encaminhado à deputada Helena Barros Heluy (PT), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) fez novo alerta sobre conflitos de terras no Maranhão. Com o título *"Nem o açoite nem as balas podem calar a voz da história"*, a CPT alerta que, atualmente, estão ameaçadas mais de 20 lideranças camponesas, "algumas tendo que abandonar suas casas para escapar da morte".

Em 2010, foram assassinados Raimundo Pereira da Silva, do povoado Vergel, município de Codó; Ubinete Caapó, em Centro do Guilherme; Elias, na Curva São Mateus; Flaviano Pinto, povoado Charco, São Vicente Ferrer.

O documento, lido na tribuna do parlamento por Helena, afirma que todos ainda estão impac-

tados pelo *"cruel, brutal e covarde assassinato de Flaviano Pinto Neto, 45 anos, liderança da comunidade quilombola de Charco, município de São Vicente de Ferrer"*.

A Comissão Pastoral da Terra *"reafirma a sua solidariedade aos lutadores e lutadoras que, neste Estado, enfrentam de pé o dragão cor de fogo, sem medo, porque sabem que suas vidas estão nas mãos de Javé (Deus)"*.

CONSÓRCIO

Para a CPT, a violência contra posseiros, indígenas e quebradeiras de coco está assumindo uma dimensão instrumental, planejada como necessária para a implantação dos grandes projetos em terras ocupadas, há centenas de anos, por povos e comunidades tradicionais. A Comissão também alerta para o que chama de *"consórcio formado por cartórios, magistrados, políticos, agentes públicos, empresários, latifundiários e pistoleiros"*, que *"continuam agindo, no Maranhão, com o objetivo de, sempre, incorporar terras públicas ao modelo de propriedade privada do sistema capitalista"*. Para galgar esse objetivo, empresários e fazendeiros estariam forjando e "esquentando" escrituras em cartórios, depois, conseguem, no Judiciário, liminar de reintegração de posse e, em

"o silêncio dos bons é pior que a ação dos maus".

seguida, o Estado concede a força policial para que as liminares sejam cumpridas: "quem resiste é ameaçado, perseguido, expulso e morto por pistoleiros, muitas vezes, policiais, em horário de folga".

O documento prossegue, afirmando que *"o silêncio omissivo do Estado diante das ameaças de morte e dos assassinatos de lideranças rurais, somados às destruições de casas e roças, por ordem judicial, revela o caráter racista e etnocida deste Estado e a forma vergonhosa como os Poderes Públicos servem a interesses particulares"*.

AMEAÇAS E CRIMINALIZAÇÃO

Atualmente, cerca de 200 comunidades camponesas e indígenas enfrentam conflitos pela terra, várias lideranças, entre elas, agentes da CPT estão sendo criminalizados por causa de sua atuação na luta camponesa.

A CPT finaliza o documento, conclamando igrejas, movimentos sociais do campo e da cidade, intelectuais, *"todos os homens e mulheres de boa vontade, a se levantarem contra a tirania e omissão do Estado no tratamento dos conflitos fundiários que envolvem comunidades camponesas"*. Por último, a CPT lembra que *"o silêncio dos bons é pior que a ação dos maus"*.

Combate aos despejos forçados

Projeto de lei dos parlamentares Helena Barros Heluy (PT) e Chico Gomes (DEM) propôs que o dia 18 de novembro fosse instituído como o Dia Estadual de Combate aos Despejos Forçados. A data foi escolhida para lembrar o despejo forçado de 44 famílias, expulsas de uma comunidade (hoje, comunidade Menino Gabriel), município de Paço do Lumiar, em 18 de novembro de 2009.

Desde então, entidades e movimentos so-

ciais passaram a se articular para o enfrentamento dos constantes despejos forçados que vitimizam comunidades inteiras alijadas no direito à moradia e à terra para o trabalho, no campo e nas cidades.

Pela definição da ONU, os despejos forçados referem-se às "retiradas [de] pessoas, famílias ou comunidades de seus locais e/ou terras que ocupam, de forma permanente ou provisória, sem

oferecer-lhes meios adequados de proteção legal ou de outra índole nem permitir-lhes acesso a estes meios".

O Projeto de Lei foi pedido vista, pelo prazo de 24 horas, pelo deputado Tatá Milhomem, que se ausentou da última sessão desta Legislatura, impedindo os deputados autores da proposição de serem submetido à votação um pleito dos movimentos sociais.

Aprovada PEC que garante a presença feminina na Mesa Diretora e Comissões

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou Proposta de Emenda Constitucional da deputada petista Helena Barros Heluy, que assegura igualdade de participação de deputados e deputadas na Mesa Diretora e nas Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa. Para Helena, a PEC "é um passo a mais na construção real e concreta da democracia, no país, procurando materializar os princípios fundamentais da Constituição de 88".

A partir de 95, a Lei de Cotas permitiu à mulher ocupar espaços de tomada de decisões, de exercício de poder, no país. A intenção da PEC é melho-

rar a representatividade das mulheres nos espaços de decisão do Poder Legislativo.

Na justificativa, Helena observa que, enquanto há países em que a representação feminina é de 30%, no Brasil, esse percentual não ultrapassa 12%. A petista destacou a relevância da proposta, que vem de demanda dos movimentos sociais e, principalmente, dos movimentos de mulheres.

CIDADANIA PARLAMENTAR

Helena esclareceu, porém, que a ideia é assegurar o exercício da cidadania à parlamentar, ao

ocupar uma vaga na Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

Helena comentou que há cotas para negros e índios nas universidades, para as mulheres nas disputas eleitorais. Tudo isso faz parte da construção da democracia brasileira. "Um dia, tenho certeza e quero ver em festa, nós celebrarmos que foram revogadas todas as leis, todos os dispositivos que tratam de leis de cotas, porque não há mais necessidade de existirem em nosso país", disse a parlamentar.

Vida, Justiça e Cidadania: Assessoria Jurídica no Mandato da Deputada Helena Barros Heluy

Na segunda-feira, 20/12/2010, o telefone tocou! Era a Chefe de Gabinete da Deputada Helena Barros Heluy, companheira Ana Marinho, informando que será feita uma publicação com o levantamento das atividades do mandato. Fiquei com sentimentos de todas as ordens! O coração padecia com as projeções de que, em 1º de fevereiro de 2011, o Maranhão já não contará com a melhor experiência de um mandato popular e democrático já desempenhado na Assembleia Legislativa. Aos que pensam que comecei um tanto exagerado, peço desculpas, mas, em vez da formalidade do "juridiquês", fiz a opção de escrever na primeira pessoa e de forma livre. No que conto com a compreensão dos que pensam diferente em tudo que aqui escrevi! E pelos erros também!

Pois bem! Helena assumiu o mandato em 2001, pois na eleição de 98 havia ficado como 1ª suplente do PT e o titular da vaga foi eleito prefeito, no interior do Maranhão. Mas, como já exercia o mandato de vereadora em São Luis, tinha uma Assessoria consolidada. No entanto, mesmo sendo vereadora da Capital, compor o Parlamento estadual, trazia uma dimensão muito maior para a representação política.

Logo em seguida a sua posse, Helena promoveu discussões com os movimentos sociais e várias áreas necessitavam de mais pessoas para auxiliar o mandato. A Assessoria Jurídica era de responsabilidade do Dr. Sálvio Dino Júnior – com quem aprendi mais do que trabalhei. Assim, diante das grandes necessidades na área jurídica, foi feita uma seleção pública para a contratação de três estagiários.

Eu, nos últimos períodos do Curso de Direito, vi a publicação dos avisos e como seria a seleção. Depois, soube que não só no Uniceuma, onde cursava Direito, mas em todas as universidades, foram colocados os 'editais' para o seletivo simplificado. Prontamente me inscrevi! Lembro que foi apresentada uma dissertação sobre a soberania popular e, em seguida, foi marcada uma entrevista, realizada por vários dias, ante a imensa quantidade de inscritos.

A entrevista foi feita pelo Dr. Sálvio e Padre Victor Asselin, também advogado. Fui aprovado! E, no mês seguinte, já iniciavam os trabalhos, aos quais prefiro definir como aperfeiçoamento pessoal, pois aprendi muito nessas poucas vezes que colaborei, ao longo desses anos. Tudo foi um aprofundamento no estudo do Direito, face a tantas matérias de alta complexidade, até hoje discutidas e levadas à análise.

Como foi difícil para mim aquela seleção! O texto apresentado não foi dos mais complicados, pois o tema estava dentro das minhas leituras de Ciência Política e Direito Constitucional, bem como de História, que cursava na UEMA, o que sempre me auxiliou nas análises do Direito. Mas a entrevista, essa sim, me gerou muito nervosismo!

Foi na sala do escritório político no Ed. Carrara, no Renascença, e, naquela tarde, eu nem desconfiava que ali teria longas reuniões e discussões, nos anos vindouros. Ao entrar na sala, vejo Dr. Sálvio e

Pe. Victor. O nervosismo só aumentou; do primeiro, já conhecia seus trabalhos advocatícios dos mais elogiados no Estado e, do segundo, eu era fã incondicional, mas só o conheci, pessoalmente, ali. A entrevista começou tensa, mas, ao discutirmos os temas propostos na dissertação, fiquei mais calmo.

O nervosismo inicial tinha causa na admiração que nutria pela Dra. Helena, pois nos fóruns, nas faculdades e com profissionais do Direito só se ouvia elogios porque possuía autoridade acadêmica na ciência jurídica. Mas não foi só! Quando comuniquei a minha mãe que ia fazer a seleção, ela me informou que havia sido aluna da Dra. Helena e de seu esposo, contando memoráveis lembranças, com referências maravilhosas ao Dr. José Heluy.

Senti um tom de plena admiração da minha mãe com relação aos dois, logo minha mãe, professora, sindicalista, filiada ao PT de longas datas, sempre crítica.

Voltando ao início dos trabalhos, lembro da primeira missão: organizar o funcionamento do estágio e planejar como funcionaria a Assessoria Jurídica, – a partir dali, composta por Dr. Sálvio e os três acadêmicos selecionados. Eu, Carlos Eduardo Lula e Maycon Murilo. Maycon foi o primeiro a sair da Assessoria, pois passou em concurso público, mas, nos últimos anos, tenho tido a grata satisfação de reencontrá-lo na cátedra do curso de Direito, onde somos professores. Lula ficou mais tempo, mas, antes de se formar, saiu para outro estágio e, mesmo assim, nunca perdemos o contato. Hoje é um irmão daqueles que escolhemos.

No planejamento, já senti o quanto iria crescer naquele trabalho, pois vi a construção das ideias no coletivo, surpreendendo-me com a importância que todos da Assessoria, nas mais diversas áreas, nos davam. Surpresa porque mesmo eu sendo egresso do movimento estudantil e da Igreja, acostumado com as construções coletivas e a dialética política, ainda não tinha visto tamanho respeito, mesmo nas ideias diferentes e, principalmente, pela postura de Helena, sempre ouvindo a todos e construindo a posição do mandato de forma coletiva.

Na Assessoria Jurídica, tínhamos atribuições nas mais diversas áreas, no básico de um mandato – formulação e fundamentação das proposições apresentadas na Assembleia e noutras atividades de suma importância política e social, atuando no fomento à cidadania, destacando-se a interação do mandato com os movimentos sociais.

Mas o grande destaque foi o projeto de "formação jurídica popular", idealizado por Helena e posto em prática. Consistia em atender as reivindicações sociais nos temas jurídicos mais diversos, proporcionando seminários de formação jurídica, em todo o Estado. Nisso, levava o mandato para a sociedade, instruindo pessoas multiplicadoras. O trabalho foi extraordinário. Até hoje, recebemos notícias de que habeas corpus foram interpostos, até mesmo por trabalhadores rurais, bem como são várias as informações de que onde houve os cursos, as pessoas passaram a reivindicar, mais e melhor, seus direitos.

A principal preocupação de Helena era não substituir a Defensoria Pública. Então, estabelecemos regras de quando e como acompanhar demandas judiciais, restringindo os litígios aos de interesse social e após prévia avaliação dos assessores políticos e dos custos. Mas Helena, que já vinha cobrando o respeito à Defensoria Pública, da tribuna, preocupou-se, ainda mais, com as condições impostas aos defensores. Registre-se que, até hoje, a categoria não teve o tratamento, respeito e reconhecimento que merece pelo valioso trabalho que presta à sociedade e aos mais necessitados.

Quando me formei, logo estava inscrito na OAB e fui convidado por Helena para permanecer na Assessoria – agora, na condição de advogado. O trabalho aumentou consideravelmente! E, mais ainda, quando Dr. Sálvio saiu para novos projetos profissionais, mas, mesmo assim, além de amigo, sempre nos foi uma referência para assuntos jurídicos.

Então, vieram as demandas judiciais, pois, com a saída de Sálvio, fizemos nova seleção pública para acadêmicos de Direito e, dessa vez, lá estava eu ao lado do Pe. Victor Asselin, sempre disponível para contribuir. Selecionamos a acadêmica Edimarilys Silva da Conceição, que assumiu o assessoramento social. Muito trabalho, teve que atualizar as cartilhas que produzimos, ainda no início do estágio, e dar continuidade a tudo.

Nas ações judiciais, foram embates jurídicos que até hoje ressoam na sociedade, todos, sem exceção, de importância social, política e, no mais das vezes, combatendo ilegalidades e inconstitucionalidades flagrantes.

Uma das primeiras foi a ação popular contra o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, pois, violando preceitos constitucionais da administração, denominou o prédio de sua nova sede com o nome da governadora Roseana Sarney. Entrei na ação logo após ser interposta e, em seguida, foi deferida liminar mandando retirar o nome, tendo sido interposto recurso pelo TCE ao TJ, que nem mesmo foi apreciado no mérito, por defeito na sua formulação.

Daí, começou uma verdadeira batalha judicial para cumprir a liminar. Agora, em 2009, houve decisão na ação extinguido-a, sob a alegação de que a governadora teria pedido para retirar seu nome e o TCE o fez.

Outro processo emblemático foi a Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei Orgânica do Município de São Luis, que efetivava, nos quadros da Procuradoria do Município, advogados contratados sem concurso público, mas a demanda foi julgada extinta. Dessa vez, porque a Lei Orgânica foi modificada, suprimindo aquele texto legal questionado, mas, ao que sei, os contratados ainda permanecem nos cargos em céu de brigadeiro!

Para Helena, havia uma questão que era mais importante em matéria de demandas judiciais: – defender as comunidades tradicionais do interior que, sem defesa e ilegalmente, eram (e ainda são) expulsas de suas terras. Isso é tão sério no Maranhão que vimos casos de comunidades descendentes

tes de quilombos sofrendo liminares de expulsão das áreas, sob a alegação de que estavam de posse de má-fé de menos de um ano. Um absurdo!

De tantas comunidades que me fizeram crescer, juridicamente, e como pessoa, registro apenas uma, do Baixo Parnaíba, mais ou menos umas 70 famílias, que foram citadas pelo oficial de justiça para desocuparem as terras em 10 dias. Helena, preocupada, nos passou a problemática. Não me contive, saí do ar-condicionado do meu escritório e fui à localidade, o que, inclusive, deveria ser feito pelos magistrados antes de decisões como essa!

Para minha surpresa, chegando à comunidade, vi um povoado estabelecido, com as casas humildes dos trabalhadores rurais, benfeitorias públicas como: estradas, escola e posto de saúde, bem como havia até igreja na localidade. Conversei com as pessoas e, registro: acho que o que me fez crescer mais nesses anos, na Assessoria, foi justamente esse contato humano com os trabalhadores rurais.

Quando fiz a reunião com os moradores, a primeira e mais importante preocupação era a de onde iriam trabalhar suas roças de subsistência, ou seja, queriam apenas terra para plantar, mesmo que não fosse aquela que já havia sido de seus antepassados, por mais de duzentos anos. Concluo com um dado sem comprovação científica: - é mais fácil encontrar pessoas desonestas nas cidades do que no campo!

Da comunidade, fui à comarca, peguei cópia do processo, recorremos ao TJ, no outro dia, bem cedo, e, pela tarde, quando já tinham sido iniciados os preparativos para a saída das famílias, foi suspensa a decisão. Foi uma dessas vitórias judiciais que guardamos na memória!

Muitos falam da política sem saber nada de política. No Maranhão, vive-se um manicômio de duas faces: ou você é do bem ou do mal. Engraçado que as posições mudam, mas as práticas políticas, a concepção de exercício do poder são as mesmas.

Cumpra mencionar o posicionamento de Helena quanto à imprensa, pois nunca interpusemos uma única ação contra os meios de comunicação ou jornalistas. Certa vez, ela me passou sua posição quanto a isso, mencionou que não era pelo fato de ser jornalista, mas pelo respeito à divergência, ao diferente, ao pensar de modo diverso. E, diga-se de passagem, a imprensa, os jornalistas etc. sempre mantiveram o respeito por Helena, mesmo nas mais ácidas diferenças e críticas.

Para Helena, pouco importa a "pessoa" que ocupa a cadeira do Executivo estadual. O mandato nunca mudou uma linha. Não é uma questão de ser oposição ou governo, mas de apoiar o que é bom, ético e justo e rejeitar tudo que afronta esses princípios. Muitos não entendem isso ou fingem não compreender! Para tanto, um dos eixos de conduta do mandato foi o combate intransigente à corrupção. - E como isso dá trabalho na estrutura burocrática brasileira!

Para fiscalizar os atos do Executivo e demais entidades, o mandato recolhia e analisava toda e qualquer denúncia, fosse na imprensa ou mesmo enviada ao Gabinete. Fatos lastimáveis, mas, fazia-se um filtro, apurando, pois nem tudo procedia. Além disso, o mandato contratou uma Assessoria de Informática que desenvolveu programa específico para verificar o que saía no Diário Oficial.

Numa dessas leituras do Diário, vimos a publicação do ato de pensão que o governador Zé Reinaldo concedeu ao ex-governador Zé Reinaldo, baseado na Constituição do Estado, mas em flagrante inconstitucionalidade. Chegando ele a receber, nos primeiros meses, a pensão e o salário, entramos com ação popular, ganhamos na Vara da Fazenda Pública e no TJ, e encontra-se em fase de recurso. Ao analisar o caso, vi que os outros ex-governadores recebem tal "benefício". Não os incluí na ação, o tempo não me permitia. Mesmo assim, na sentença, o juiz reconheceu a inconstitucionalidade incidental extensiva aos demais ex-governadores.

Numa simples recordação, ressalto que foi do mandato que se originaram leis, hoje vigentes, como a que concede prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte mulher vítima de violência doméstica; que institui 17 de abril com data de luta pela Reforma Agrária e Contra a Violência no Campo; que tratou da liberdade e preservação do babaçu, patrimônio natural do MA e esquecido pelas autoridades, entre outras.

Vejo, também, o projeto de Helena acerca das carteiras de estudantes no âmbito estadual, pois foi proposta do mandato e eu, egresso do movimento estudantil, caprichei nas ideias, na época, ainda estagiário. Recordo de como discutia com Eduardo Lula as melhorias a serem lançadas no projeto. Pois bem, veio e, hoje, é lei estadual, a qual dá fé pública às carteiras de identificação estudantil no âmbito do Estado do Maranhão e assegura a meia-entrada para estudantes, mas, nos últimos anos, vi e ouvi "outros" dizendo que tinham feito projetos no mesmo assunto.

Outra proposta, que lamentamos não haver sido implementada, de forma plena, diz respeito à Lei que institui o Cartão Saúde da Mulher, no qual cada mulher, atendida na rede pública, teria, nele, um histórico e seus dados clínicos. Aliás, também, não resta implementado, até hoje, a proposta convertida em lei estadual, que dispõe sobre sanções administrativas a estabelecimentos bancários infratores do direito do consumidor (LEI DAS FILAS). Toda vez que vejo as filas e os descasos dos bancos, pergunto-me se o Procon/MA não viu essa lei e ficou indignado!

Entendi melhor a origem dos sentimentos de Helena de respeito à dignidade da pessoa e o seu compromisso com a ética na política, na campanha eleitoral de 2006, quando, participei, ativamente do pleito. Advogava na área eleitoral há algum tempo, mas Helena nunca havia tido uma demanda proposta contra sua pessoa nas campanhas para deputada. Em 2006, no entanto, fomos surpreendidos pela decisão do TRE com relação à prestação de suas contas. A decisão foi pela "Aprovação" das Contas com "Ressalvas".

Helena portou-se indignada. Por que "ressalvas"? Expliquei que era uma denominação inútil da lei eleitoral, até hoje mantida, usada quando a prestação de contas está apta para aprovação, mas contém algum erro que não compromete sua lisura. Ela ponderou e entendi sua preocupação. Interpusemos embargos explicando a situação e destacando o erro material da decisão. Na outra semana, ganhamos e as contas estavam "Aprovadas" e sem "Ressalvas". Aliás, como deveria haver

sido desde a primeira hora.

Digo isso, usando as campanhas de Helena como exemplo e porque sou testemunha viva delas, para demonstrar que a crise ética em que se vive na política do Maranhão e do Brasil não pode ser generalizada, pois ainda existem campanhas empolgantes, feitas pelas pessoas, militantes voluntários, com bandeira em punho e língua afiada para discutir e convencer no pedido de voto. Lamentável que essas campanhas sejam em menor número.

Naquele caso de Helena, um jornal prestou informações de que tinham sido feitos gastos com publicação eleitoral. Absolutamente falso, induzindo o TRE a erro. Na verdade, a nota publicada por Helena, não só naquele jornal, mas em toda a imprensa maranhense, foi feita depois da eleição, quase no final do segundo turno, que persistia apenas para a candidatura a governador e presidente da República. Ocorre que um dos filhos de Helena, José Antônio, vice-presidente do PT de São Luís, seguindo orientação do PT nacional, manifestou apoio à candidatura da então senadora, hoje, governadora Roseana Sarney, e muito se comentou acerca desse fato.

Alguns informavam o fato de forma honesta, sincera e verdadeira, atestando que era uma postura independente do filho; outros, de forma leviana, queriam ligar o fato à deputada reeleita. Daí, a nota de esclarecimentos, pois Helena, em verdade, nada tinha com relação à postura do filho. E quem conhece Helena sabe de seu respeito à independência do ser humano, quanto mais de seu próprio filho. Helena publicou a nota, bastando uma leitura para que muitos aprendessem o que é respeito à dignidade alheia!

A tão questionada verba de gabinete dos deputados, por muitos escondida, no mandato de Helena, consta na internet a sua prestação de contas de cada centavo, com a identificação de tudo e como foi gasto. Isso é transparência!

Outro destaque: Helena jamais admitiu, ou admite, aproveitar, usar, o ser Igreja para benefício próprio, sobretudo político-eleitoral. Repugnante o "aparelhamento" dos movimentos sociais e a cooptação de seus membros. Sou testemunha disso, também.

Helena será eleita, acredito, tantas vezes quantas se candidatar, mas, agora, em 2010, preferiu não se lançar na corrida eleitoral por simples convicção: - ser contra a reeleição. Mas, com certeza, atuará em outras lutas por mais Justiça e dignidade para o Maranhão e sua gente.

Assim foi, diante do que relatei, minimamente é verdade, que atuou a Assessoria Jurídica do mandato da deputada Helena Barros Heluy. E, ao seu modo, sempre em defesa da vida, buscando justiça e garantindo o exercício pleno da cidadania.

Termino com o compromisso de escrever mais e detalhadamente os grandes e maravilhosos momentos que vivi nessa Assessoria, mas com o sentimento do dever cumprido em prol do Maranhão, na certeza de que sempre serei o aluno da Professora Helena, colhendo lições jurídicas, políticas e de vida, acreditando e permanecendo no ideal que intitula o jornalzinho: "Essa luta vale a pena".

O mandato de Helena em 2010



Podemos tentar compreender, um pouco, o que representou o mandato de Helena, com uma rápida visão das atividades que marcaram seu mandato, em 2010. No ano em que o Brasil elegeu a candidata petista Dilma Roussef, como a primeira mulher presidente do Brasil, a Assembleia Legislativa, logo em suas primeiras semanas de trabalho, comemorou o centenário da médica comunista Maria Aragão.

A trajetória de Maria Aragão, que completaria 100 anos em 2010, foram lembrados na sessão solene alusiva ao Dia Internacional da Mulher, realizada na Assembleia Legislativa, oportunidade em que foram homenageadas dez militantes que se destacaram na defesa dos direitos da mulher.

Como representante da Frente Parlamentar Estadual em Defesa do Rio Parnaíba, Helena participou da audiência pública a respeito da implantação da Usina de Cachoeira, em Floriano (PI) e Barão do Grajaú (MA), realizada no início de março, tendo visitado, também, o povoado Manga, onde pôde constatar, pessoalmente, o clima de insegurança e dúvidas que ameaçam as populações diretamente atingidas pela construção das barragens.

A 46ª Campanha da Fraternidade, a terceira de caráter ecumênico, promovida pela CNBB e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, também foi tema de sessão especial na Assembleia Legislativa. Com o tema "Economia e Vida" e tendo como lema "Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro", a campanha propôs a reflexão sobre as distorções impostas pelos modelos econômicos, os quais impedem a construção de um mundo mais justo e fraterno.

A Semana de Combate à Tortura, por sua vez, foi marcada pelo registro feito na tribuna, além de destacar a passagem do Dia Estadual de Combate à Tortura, instituída pela Lei 8.641, de julho de 2007, de sua autoria. A data emblemática lembra a morte do compositor Gerô, brutalmente assassinado por policiais militares, no ano de 2007.

Helena trouxe, ainda, para o debate na Assembleia, o drama vivido pelas populações ameaçadas pela implantação de grandes projetos e pela especulação imobiliária. Por iniciativa da Deputada, foi realizada a audiência pública "Políticas Públicas e Reforma Agrária para Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão".

Atenta aos problemas ambientais, Helena, também, denunciou, no Plenário da Assembleia, os aspectos negativos da implantação da Refinaria Premium, subsidiada por documentos que apontam graves omissões do EIA/RIMA do projeto. Helena

defendeu que o desenvolvimento econômico não pode nunca perder de vista a qualidade de vida da população e a necessidade do enfrentamento político do câncer, cuja incidência cresce, assustadoramente, à medida em que se amplia a instalação dos chamados grandes projetos, como termoeletricas, desmatamentos, a ampliação da ALUMAR, com as conseqüências da cadeia poluidora do alumínio etc.

Com o apoio de Helena, as demandas das categorias profissionais, também, tiveram ressonância no Parlamento estadual. Significativo desse compromisso, a realização da audiência "Enfermagem: O Poder do Cuidado", cujas discussões giraram em torno de duas reivindicações consideradas fundamentais para a categoria, em todo o país: a redução da jornada de trabalho para 30 horas e a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

Mães e pais de crianças cardiopatas também encontraram eco para suas angústias, na audiência sobre "Crianças cardiopatas, Assistência Médica e Tratamento fora do Domicílio", realizada, ainda, no primeiro semestre por iniciativa de Helena, que serviu, ainda, para sensibilizar os parlamentares no sentido de destinar recursos para o tratamento das cardiopatias, na rede pública de saúde.

Já o início do segundo semestre, foi marcado pela realização do Plebiscito Popular pelo limite da propriedade da terra, promovido pelo Fórum Nacional da Reforma Agrária e Justiça no Campo, com a finalidade de criar uma emenda constitucional limitando a propriedade da terra em 35 módulos fiscais. Com o apoio do Gabinete da deputada Helena, foi montado um ponto de coleta de assinaturas, no hall de entrada da Assembleia. Outros 30 pontos distribuídos por diversos bairros da cidade também recolheram assinaturas.

Marcante a realização do seminário "Desenvolvimento e Justiça Social – Os Desafios Ambientais do Maranhão", também promovido pelo Gabinete da deputada Helena. A iniciativa atendeu às demandas de entidades da sociedade civil, preocupada com a questão do desenvolvimento sustentável. Ao final do encontro, foi elaborado documento, contendo subsídios para a formulação de políticas públicas para o meio ambiente, entregues a todos os candidatos ao governo do Estado.

Entre as reivindicações, a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, cujo processo de implantação encontra-se na Casa Civil do Governo federal, desde 2007, encontrando forte resistência por parte do Governo do Estado e de grandes empreendimentos industriais. Helena defendeu a

pressão parlamentar a favor da criação da chamada Resex de Tauá-Mirim.

Helena não descuidou de suas atividades parlamentares. No período de campanha eleitoral, conclamou os demais parlamentares a fazerem um esforço no sentido de garantir a discussão e votação das matérias, na Assembleia. É desse período a denúncia de Helena sobre as ameaças de expulsão de suas terras sofridas por cerca de 200 famílias de produtores rurais da Pindoba.

Terminadas as eleições, no Maranhão, os ipês em flores – parafraseando Souzafrade – saudaram a vitória histórica da primeira presidente eleita do Brasil, Dilma Roussef. Em pronunciamento na Assembleia, Helena registrou que a eleição de Dilma, após a eleição de Lula, primeiro operário eleito presidente do Brasil, era a prova de que a história do Brasil estava sendo, realmente, passada a limpo.

Dando continuidade ao acompanhamento dos trabalhos legislativos, foi realizada, em novembro, mais uma sessão de estudos sobre a proposta orçamentária do ano de 2011. O período é marcado, também, pelo triste incidente da rebelião da Penitenciária de Pedrinhas, com a morte de 18 presos, alguns deles decapitados. O incidente comprova, mais uma vez, a falência do sistema prisional, fato denunciado, ao longo dos anos, pontualmente, por Helena.

Novembro é marcado, ainda, pela realização de audiência pública sobre a crise do polo guzeiro de Açailândia e pela participação de Helena no Seminário "Maranhão sem Homofobia", oportunidade em que foi homenageada pela defesa dos direitos humanos e pelo combate à homofobia; e no I Encontro Temático da Primeira Infância, recebendo o prêmio Nazaré Neiva, pela defesa dos direitos das crianças.

Ao aproximar-se o término de seu mandato, Helena foi, também, agraciada com a medalha do mérito legislativo Manoel Bequimão, a mais importante condecoração do Legislativo do Maranhão. Por iniciativa da deputada Helena, em outra solenidade, o juiz Marlon Reis, o presidente do BNB, Robert Smith, e o padre Jean Marie Van Dame receberam o título de cidadãos maranhenses.

A Proposta de Emenda Constitucional, que assegura igualdade de participação de deputados e deputada na Mesa Diretora e nas comissões permanentes da Assembleia Legislativa, foi aprovada, na intenção de seja um passo a mais na construção real e concreta da democracia, no país, procurando materializar os princípios fundamentais da Constituição de 88. Não pode ver, entretanto, aprovado o Projeto de lei, em parceria com o de-



putado Chico Gomes, que propôs o Dia Estadual de Combate aos Despejos Forçados. O deputado Tatá Milhomem, pediu vistas, mas ausentou – se da última sessão desta Legislatura, impedindo que fosse submetido à votação um pleito dos movimentos sociais.



Emendas de Helena ao Orçamento 2011 atendem demandas da população.

"Serei repetitiva: a peça orçamentária é a espinha dorsal de uma administração e para que ela seja expressão da democracia, ela há, necessariamente, que ser discutida com o conjunto da sociedade." Com esta frase, a deputada Helena Barros Heluy, mais uma vez, chamou a atenção dos parlamentares para a importância da discussão do Projeto de Lei Orçamentária, encaminhado pelo Executivo para análise e aprovação da Assembleia Legislativa.

Helena questionou, mais uma vez, a forma como as peças orçamentárias têm sido aprovadas, lembrando que, como faz todos os anos, apresentou também suas emendas ao orçamento, contemplando as demandas encaminhadas e discutidas com os segmentos organizados da sociedade civil. Ela classificou, ainda, como absurdas as justificativas para a rejeição de algumas emendas, sob o pretexto de que estariam em desacordo como Plano Plurianual. "Onde é que Educação pode estar fora da regra Constitucional, onde é que um pleito sobre educação está

fora da LDO"? complementou.

Ao comentar a peça orçamentária de 2011, manifestou sua estranheza em relação a alguns pontos. O primeiro deles foi a redução dos recursos destinados ao Fundo Penitenciário Estadual que, de R\$1 milhão e 209 mil reais foi reduzido a R\$ 154 mil reais. Na opinião da deputada, falta sintonia com os anseios do povo por parte dos administradores públicos. Helena disse estranhar, também, o fato de que uma única escola em São Luís, a Fundação Nice Lobão, seja contemplada com recursos da ordem de R\$ 6 milhões de reais, enquanto a educação indígena e a educação rural são contemplados com valores quase simbólicos.

Ressaltou, ainda, a destinação de grande parte dos recursos do programa de Habitação Cidadã para a construção e melhoramento de casas urbanas, cerca de R\$57 milhões, enquanto a rural receberá apenas R\$275 mil. "Isso num estado onde a fixação do homem à terra deveria ser uma política proativa, onde a população rural compõe uma

das proporções mais altas de todos os estados da federação.

Helena lamentou que boa parte das emendas apresentadas, em 2009, não tenha sido, ainda, efetivamente concretizadas. "Não posso deixar de partilhar com os senhores até por um ato de justiça, três das Emendas que apresentei por ocasião da discussão do Projeto de Lei orçamentária, no ano passado. Eu recebi a notícia de que para três delas foram realmente disponibilizados os recursos", ressaltou. São elas: "ambulancha", que já se encontra em Turiaçu, outra que destinou recursos para o Hospital Aldenora Belo e uma terceira que contempla a infraestrutura, no município de Anapurus.

"Espero que, no próximo ano, aqueles que estiverem, aqui, tenham alegrias maiores de verem todas as suas Emendas atendidas. E eu também, porque deixei várias Emendas apresentadas que estão nas mãos de Vossas Excelências que continuam e das Excelências que chegarão no dia 1º de fevereiro.", finalizou.

EMENDAS APROVADAS

- Emenda nº 280/2010 – Construção, adequação e aquisição de equipamentos de uma creche no Povoado Sardinha, no município de Timbiras
- Emenda nº 281/2010 – Sistema de Abastecimento de Água no Povoado do Jacaré da Dália, no município de Timbiras
- Emenda nº 282/2010 – Sistema de Abastecimento de Água no Povoado Alma Sozinha, no município de Timbiras
- Emenda nº 283/2010 – Pavimentação das vias públicas urbanas em AAUQ do residencial João do Vale I e II no bairro Aurora, município de São Luís
- Emenda nº 284/2010 – Sistema de Abastecimento de Água no Povoado Ferrugem, município de Itaipava do Grajaú
- Emenda nº 285/2010 – Aquisição de veículos (Caminhão Toco, Carroceria – 8 toneladas) para o Povoado Sardinha, município de Timbiras
- Emenda nº 286/2010 – Sistema de Abastecimento de Água no Povoado Jabuti, município Itaipava do Grajaú
- Emenda nº 287/2010 – Construção de um Posto de Saúde e aquisição de equipamentos no Povoado Cana Brava, município de Araióses
- Emenda nº 288/2010 – Construção e aquisição de equipamentos de um Posto de Saúde no Povoado Guadalupe, município de Anapurus
- Emenda nº 289/2010 – Construção e aquisição de equipamentos de um Posto de Saúde no Povoado Raspador, município de Barão de Grajaú
- Emenda nº 290/2010 – Construção e aquisição de equipamentos de um Posto de Saúde na Vila do Bec, município de Barão de Grajaú
- Emenda nº 291/2010 – Reforma das instalações da Escola Agrícola no Povoado Espírito Santo I, município de Capinzal do Norte
- Emenda nº 292/2010 – Construção de um açude para dar suporte a projetos produtivos da agricultura familiar no Povoado Ipiranga, município de Capinzal do Norte
- Emenda nº 293/2010 – Construção de um açude para dar suporte a projetos produtivos da agricultura familiar no Povoado Espírito Santo I, município de Capinzal do Norte
- Emenda nº 294/2010 – Aquisição de equipamento e matéria-prima para a produção de óleo de babaçu, sabão e sabonete para a Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, município de Capinzal do Norte
- Emenda nº 295/2010 – Construção de calçamento em bloquete na rua Garimpeira Um, Dois e Três, bairro Aeroporto, município de Governador Nunes Freire
- Emenda nº 296/2010 – Implantação de Sistema de Abastecimento de Água (perfuração de poço artesiano, instalação de caixa d'água e instalação de encanção) bairro Aeroporto, município de Governador Nunes Freire

- Emenda nº 297/2010 – Construção e estruturação de uma escola com duas salas de aula e demais dependências no Povoado Cantinho, município de Santa Luzia
- Emenda nº 298/2010 – Construção e estruturação de uma escola com quatro salas de aula e demais dependências no Povoado União – Área de Assentamento Queimadas/Chapada do Seringal, município de Santa Luzia
- Emenda nº 299/2010 – Construção e estruturação de um Posto de Saúde na Faixa São Sebastião no Povoado Zé do Brejo, município de Governador Nunes Freire
- Emenda nº 300/2010 – Um Posto de Saúde e aquisição de equipamentos no Povoado São Cristóvão, município de Turiaçu
- Emenda nº 301/2010 – Reforma e aquisição de equipamentos de um Posto de Saúde no Assentamento Palmares, município de Nina Rodrigues
- Emenda nº 302/2010 – Construção de uma Estação Rodoviária, município de Barão de Grajaú
- Emenda nº 303/2010 – Implantação de um Sistema de Abastecimento de Água no Povoado São Raimundo/Guananin, município de Alcântara
- Emenda nº 304/2010 – Implantação de um Sistema de Abastecimento de Água, município de Vargem Grande
- Emenda nº 305/2010 – Implantação de um Sistema de Abastecimento de Água no Povoado Boa Vista, município de Santo Amaro
- Emenda nº 306/2010 – Construção de um Posto de Saúde e aquisição de equipamento no Povoado Pedra Grande, município de Vargem Grande
- Emenda nº 307/2010 – Construção, adequação e estruturação de um Centro de Apoio ao Turismo, município de Araióses
- Emenda nº 308/2010 – Compra de uma ambulancha (ambulância náutica), município de Turiaçu
- Emenda nº 309/2010 – Implantar o Programa de Gestão Ambiental nos 217 municípios do Estado do Maranhão
- Emenda nº 310/2010 – Financiamento de 15% dos custos de manutenção das EFAS (Escolas Famílias Agrícolas) em 20 municípios no Estado do Maranhão
- Emenda nº 311/2010 – Construção e estruturação do Centro de Responsabilização do Agressor, município de Imperatriz
- Emenda nº 312/2010 – Financiamento de 25% dos custos de manutenção das CEFFAS (Centros Familiares de Formação por Alternância) nos dezoito municípios, onde estão instaladas no Maranhão
- Emenda nº 313/2010 – Sistema de Abastecimento de Água no Povoado Igarapé dos Índios, município Zé Doca
- Emenda nº 314/2010 – Construção do Teatro "Corrêa de Araújo", município de Pedreiras
- Emenda nº 315/2010 – Recuperação de estrada vicinal no ramal entre a

- Emenda nº 316/2010 – Aquisição de indumentária para dança do Boia-deiro Alegria de Alcântara, município de Alcântara
- Emenda nº 317/2010 – Construção de Estrada vicinal na região do km 30 no Assentamento Nova Conquista, município de Açailândia
- Emenda nº 318/2010 – Reforma, adequação e estruturação da sede do Centro Dialético dos Pais e Amigos dos Especiais, município de São Luís
- Emenda nº 319/2010 – Reforma, adequação e estruturação da casa de apoio do grupo Solidariedade é Vida, município de São Luís
- Emenda nº 320/2010 – Aquisição de equipamentos, material permanente e didático para a qualificação profissional de mulheres em situação de risco social, no bairro Vila Embratel e adjacências, município de São Luís
- Emenda nº 321/2010 – Construção da sede da Fundação Justiça e Paz se Abraçarão, que atua no bairro Cidade Olímpica e adjacências, município de São Luís
- Emenda nº 322/2010 – Reestruturação dos laboratórios de Física, Química e Biologia e da Sala de Vídeo – CINTRA; Construção e estruturação de um Anfiteatro/Auditório – Centro Educacional Anjo da Guarda/Vicente Maia
- Emenda nº 323/2010 – Construção, adequação e estruturação de um Centro de Referência na área de proteção ambiental, município de São Luís
- Emenda nº 324/2010 – Mobilização e organização das Conferências Regionais e Estadual da Mulher, no Estado do Maranhão
- Emenda nº 325/2010 – Mobilizar e organizar capacitação e formação política para as Conselheiras Estaduais e municipais dos Conselhos Municipais, onde houver, e Estadual da Mulher
- Emenda nº 326/2010 – Reforma, adaptação e aquisição de equipamentos e material pedagógico para a Creche Lar Egle e Paolo Conte, município de Paço do Lumiar
- Emenda nº 327/2010 – Reforma e ampliação da Escola para funcionamento do Centro Integrado da Mulher, município de Imperatriz
- Emenda nº 328/2010 – Regularização Fundiária a ser feita pelo ITERMA, para atender 4.330 famílias nos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar
- Emenda nº 329/2010 – Criação e implementação de Centros Culturais nos Municípios Maranhenses
- Emenda nº 330/2010 – Construção e estruturação (compra de equipamentos) do Centro de Responsabilização do Agressor, município de Imperatriz.

Helena recebe pela 2ª vez Medalha de Ordem Timbira do Mérito em Direitos Humanos



"Receber essas homenagens e honrarias além de me deixarem muito feliz aumentam as minhas responsabilidades e compromissos com a ética, a justiça, a solidariedade, a democracia, o combate à corrupção, às práticas de violência e às desigualdades socioeconômicas"



A deputada Helena recebeu, pela segunda vez, a premiação da "Ordem Timbira do Mérito em Direitos Humanos", concedida pelo Governo do Estado a pessoas físicas ou jurídicas que se destacaram na promoção, defesa e proteção dos Direitos Humanos previstos na Constituição Federal, no ano de 2010.

A outorga da "Ordem Timbira do Mérito em Direitos Humanos", em comemoração aos 62 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, organizada pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (Sedihc), premiou personalidades em 17 categorias. A deputada Helena recebeu a honraria na categoria Direito à Memória e à Verdade.

Essa categoria, segundo os organizadores, "compreende não somente o resgate à memória da luta contra a ditadura militar no Brasil, mas promovendo a reflexão sobre a história brasileira, especialmente sobre os

fatos importantes ocorridos naquele período, apresentando o cenário político-cultural e seu importante papel na construção da sociedade e do pensamento atual, possibilitando à população o conhecimento da história recente do país, contribuindo para a construção de mecanismos de defesa de direitos humanos".

A "Ordem Timbira em Direitos Humanos", instituído pela Portaria nº 29 de 6 de novembro de 2009, que consiste na concessão de diploma e medalha, premiou a deputada Helena, no ano passado, na categoria Enfrentamento à Tortura. Na mesma cerimônia, Helena foi empossada, junto com outros representantes, como membro do Conselho Estadual dos Direitos Humanos, por mais um mandato, representando a Assembleia Legislativa.

Para a Deputada, uma delegação "que muito me honra e muito aumenta as minhas responsabilidades".

Homenagens pela defesa dos direitos humanos e da educação

O Seminário "Maranhão sem Homofobia e com Cidadania", uma promoção do Grupo Gayvota e da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB Maranhão, realizado entre os dias 1 e 4/12, premiou personalidades que atuam em defesa dos direitos humanos, em apoio à luta do segmento GLBT e no combate à homofobia. Entre eles, a deputada Helena Barros Heluy (PT) foi homenageada com o 1º Prêmio Gayvota de Direitos Humanos, na categoria especial atitude.

O evento marcou a semana em que se comemorou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Na ocasião, foi entregue o prêmio Gayvota de Direitos Humanos a várias pessoas e entidades maranhenses, cuja atuação, no meio social e político, demonstram com-

promisso permanente na defesa dos direitos humanos, especialmente em relação ao combate à homofobia.

Ao agradecer o gesto simbólico, a Deputada manifestou intolerância contra todas as formas de violência e violação de direitos humanos e o desejo de que todos tenham o merecido respeito. Helena disse que as desigualdades na sociedade ainda são profundas e exteriorizadas "não somente em forma de violência física e brutal, mas também no cotidiano e que ocorre em todos os lugares e se manifesta com as piadinhas, com as músicas pejorativas, com os risos e olhares, também no sentido discriminador, apelidos que fazem com que os homossexuais sejam tratados de forma preconceituosa e discriminatória. A homofobia é esta violência

terrível, social, de cidadãos, homens e mulheres, contra os homossexuais", observou Helena.



Helena é condecorada com Medalha do Mérito Manoel Bequimão



Homenageada com a Medalha de Honra ao Mérito "Manoel Bequimão", maior honraria concedida pelo Poder Legislativo, através de projeto de autoria do deputado Joaquim Haickel (PTB), ao lado de ex-deputados cassados, a deputada Helena Barros Heluy (PT) fez referências a cada um dos demais homenageados, des-

tacando a atuação de políticos como Neiva Moreira, Sálvio Dino, Benedito Buzar e Gervásio Santos, com quem conviveu durante sua trajetória de reconhecido compromisso com a causa dos direitos humanos, do jornalismo e /ou da política.

"Esta solenidade é um resgate da história da Assembleia Legislativa, um verdadeiro resgate histórico, face a um ato cruel, estúpido, violento praticado à ordem dos militares de 64. O Maranhão mudou e precisa continuar", disse a Deputada ao frisar que a sessão solene reunia ícones da história política do Maranhão, lembrando os deputados cassados pelo Poder Legislativo, sob comando de Frederico Léda, presidente da Casa, à época da ditadura militar de 64.

Helena disse que se sentia "extremamente ligada a cada um dos homenageados" pelas experiências de vida na política estudantil e, mais tarde, na política partidária. Ao falar de Bandeira Tribuzi, Helena citou-o como

"líder, não de uma geração, mas de um tempo, como poeta, político e diretor do Jornal do Povo". O ex-governador e ex-deputado falecido, Nunes Freire, também foi lembrado no discurso de Helena, por ter ele apresentado moção de aplauso aos militares, retirando-a, depois, por não concordar com a brutalidade que os golpistas cometiam contra a democracia.

Nunes Freire também votou contra a cassação dos deputados, na época da ditadura.

Helena ressaltou a presença de colegas, amigos de trabalho que a acompanharam em seus diversos espaços de atuação, alguns com a vitalidade de 80 e 90 anos, prestigiando a condecoração.

Emocionada, a parlamentar citou, também, a presença de familiares e, em especial, do esposo, José Ribamar Heluy. Ela também citou o ex-deputado Haroldo Sabóia, que a convidou a integrar a chapa MDB pra Valer, na condição de candidata a vice-prefeita.

MEMÓRIA Mais duas importantes homenagens fazem parte da história recente da deputada Helena. Estas, do 2º semestre de 2009. Helena recebeu o Certificado de Parceira do Grupo Solidariedade é Vida, organização não governamental, que se dedica a ajudar pessoas vivendo e convivendo com o vírus HIV/AIDS, durante evento que marcou a passagem dos 20 anos de existência do Grupo.

Durante a 3ª Semana de Administração organizada pelo curso de Administração da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), evento conceituado na área da Gestão, em nosso Estado, ela recebeu o título de excelência em gestão política. Segundo os organizadores, o título concedido à deputada Helena foi uma forma de reconhecimento à sua atuação parlamentar e à sua história de vida.